

Instituto Mineiro de Gestão das Águas - Igam

Diretor-Geral: Marcelo da Fonseca

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas Urga do Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igammº 44, de 25 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos:

Retificações:
Retifica-se a portaria nº 01025 publicada dia 24/06/2008. Onde se lê: Outorgada: Prefeitura Municipal de Januária. CNPJ: 21.461.546/0001-10. Leia-se: Outorgada: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG. CNPJ: 17.281.106/0001-03. Município: Januária - MG.
Retifica-se a portaria nº 01027 publicada dia 24/06/2008. Onde se lê: Outorgada: Prefeitura Municipal de Januária. CNPJ: 21.461.546/0001-10. Leia-se: Outorgada: Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA/MG. CNPJ: 17.281.106/0001-03. Município: Januária - MG.
Retifica-se a portaria nº. 03282 publicada dia 04/10/2017. Outorgado: Fernando César dos Santos Moura, CPF: 270.***.***53. Onde se lê: Prazo: 05 (cinco) anos. Leia-se: Prazo: 04/10/2027. Município: São João da Ponte - MG.

Retifica-se a portaria nº. 03283 publicada dia 04/10/2017. Outorgado: Fernando César dos Santos Moura, CPF: 270.***.***53. Onde se lê: Prazo: 05 (cinco) anos. Leia-se: Prazo: 04/10/2027. Município: São João da Ponte - MG.

Cancelamentos:
Cancela-se a portaria nº 00232 publicada dia 05/04/2023, que indeferiu o processo nº 59880 de 30/11/2022. Requerente: Bresinski Agronegócios Ltda. CNPJ: 36.950.030/0001-06. Curso d’água: Poço tubular. Motivo: Princípio de autotutela administrativa, tendo em vista a necessidade de adequação metodológica no cálculo do RPE, conforme recomendações apresentadas no Projeto Águas do Norte de Minas - PANM. Município: Janaúba - MG.

Cancela-se a portaria nº 00233 publicada dia 05/04/2023, que indeferiu o processo nº 59881 de 30/11/2022. Requerente: Bresinski Agronegócios Ltda. CNPJ: 36.950.030/0001-06. Curso d’água: Poço tubular. Motivo: Princípio de autotutela administrativa, tendo em vista a necessidade de adequação metodológica no cálculo do RPE, conforme recomendações apresentadas no Projeto Águas do Norte de Minas - PANM. Município: Janaúba - MG.

Cancela-se a portaria nº 00231 publicada dia 05/04/2023, que indeferiu o processo nº 59879 de 30/11/2022. Requerente: Bresinski Agronegócios Ltda. CNPJ: 36.950.030/0001-06. Curso d’água: Poço tubular. Motivo: Princípio de autotutela administrativa, tendo em vista a necessidade de adequação metodológica no cálculo do RPE, conforme recomendações apresentadas no Projeto Águas do Norte de Minas - PANM. Município: Janaúba - MG.

Cancela-se a portaria nº 00252 publicada dia 26/04/2023, que indeferiu o processo nº 60964 de 06/12/2022. Requerente: Alessandro Farley Rodrigues Pacheco. CPF: 045.***.***-06. Curso d’água: Poço tubular. Motivo: Princípio de autotutela administrativa, tendo em vista a necessidade de adequação metodológica no cálculo do RPE, conforme recomendações apresentadas no Projeto Águas do Norte de Minas - PANM. Município: Montes Claros - MG.

Cancela-se a portaria nº 00254 publicada dia 26/04/2023, que indeferiu o processo nº 59428 de 28/11/2022. Requerente: Ângelo Ricardo Puccini Venturim. CPF: 638.***.***-53. Curso d’água: Poço tubular. Motivo: Princípio de autotutela administrativa, tendo em vista a necessidade de adequação metodológica no cálculo do RPE, conforme recomendações apresentadas no Projeto Águas do Norte de Minas - PANM. Município: Bocauiava - MG.

Cancela-se a portaria nº 00153 publicada dia 03/03/2023, que indeferiu o processo nº 57525 de 17/11/2022. Requerente: Herberth de Souza. CPF: 159.***.***-20. Curso d’água: Poço tubular. Motivo: Princípio de autotutela administrativa, tendo em vista a necessidade de adequação metodológica no cálculo do RPE, conforme recomendações apresentadas no Projeto Águas do Norte de Minas - PANM. Município: Nova Porteirinha - MG.

Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGÁ NORTE DE MINAS. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br.Belo Horizonte, 12 de Dezembro de 2023.

12 1881413 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas, URGÁ Zona da Mata, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: Arquivamentos: Arquiva-se o processo nº 63533/2022 de 21/12/2022. Requerente: Engesol Indústria e Mineração Ltda.CNPJ: 12.***217/0001-**. Curso d’água: Sem Denominação. Motivo: Considerando que nos termos do Art. 36º, inciso XI da Portaria IGAM 48/2019 (Incluído pela Portaria IGAM 23/2023)– “Ficam dispensados de obtenção de outorga de direito de uso dos recursos hídricos, contudo sujeitos ao cadastramento junto ao Igam:canalizações, retificações ou desvios de cursos d’água construídos e implementados até a data de publicação do Decreto 47.705, de 04 de setembro de 2019, ou canalizações, retificações e desvios que já tenham sido outorgados anteriormente, desde que cadastrados antes do vencimento da portaria de outorga.”. Recomendamos o arquivamento do Processo de Outorga nº 63533/2022. Município: Carandá– MG. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGÁ Zona da Mata. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Ubá, 12 de Dezembro de 2023

12 1881431 - 1

O Coordenador da Unidade Regional de Gestão das Águas,URGA Norte de Minas, no uso da competência delegada pelo Diretor Geral do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam, por meio da Portaria Igam nº 44 de 26 de setembro de 2023, cientificam os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos: Arquivamento: Arquiva-se o processo nº001524 de 23/02/2018. Requerente: Recan Pedras Ltda. CNPJ:17.730.581/0004-62. Curso água:Poço Tubular. Motivo:O requerente não manifestou pedido de prorrogação de prazo e não apresentou as informações adicionais solicitadas no prazo que findou em 12/11/2023.Município:Ubaí-MG. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGÁ Norte de Minas. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Montes Claros, 12 de Dezembro de 2023.

12 1881487 - 1

A Coordenadora da Unidade Regional de Gestão das Águas da URGÁ Alto São Francisco, no uso da competência estabelecida no Artigo 9º do Decreto 47.866 de 19 de fevereiro de 2020, delegada pela Portaria Igam nº 44, de 25 de setembro de 2023, identifica os interessados abaixo relacionados das decisões proferidas nos processos administrativos de Outorga de Direito de Uso de Recursos Hídricos *Processo nº 61559/2023, Usuário: Fundação Unibrás Ltda, Cláudio, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206837/2023.*Processo nº 68429/2023, Usuário: Cézar Augusto Campos de Faria, Igaratinga, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206838/2023.*Processo nº 16090/2023, Usuário: Fundação Santana Ltda , Cláudio, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206839/2023.*Processo nº 59560/2023, Usuário: Usa - Usina Siderúrgica Atlas S/A, Divinópolis, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206840/2023.*Processo nº 59561/2023, Usuário: Usa - Usina Siderúrgica Atlas S/A, Divinópolis, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206841/2023.*Processo nº 59562/2023, Usuário: Usa - Usina Siderúrgica Atlas S/A, Divinópolis, Deferido com condicionantes, Portaria nº 1206842/2023. Os Processos Administrativos encontram-se disponíveis para consulta e cópia na URGÁ Alto São Francisco. Os dados contidos nas referidas decisões estarão disponíveis no site do IGAM, www.igam.mg.gov.br. Divinópolis, 12 de Dezembro de 2023.

12 1881852 - 1

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS:

1) Município de São João do Paraíso, Unidade de triagem de recicláveis e/ou de tratamento de resíduos orgânicos originados de resíduos sólidos urbanos, São João do Paraíso/MG, PA/nº 2251/2023, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 11/12/2033. 2) Município de São João do Paraíso, Aterro sanitário, inclusive Aterro Sanitário de Pequeno Porte – ASPP, São João do Paraíso/MG, PA/nº 1882/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até: 11/12/2033.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas.

12 1881813 - 1

A Superintendência Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:

1) Tipo da solicitação: Licenciamento Ambiental Simplificado Modalidade Las/Ras; Empreendimento: Cerâmica Arcos Ltda.; Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha; Município: Arcos; PA nº: 13583/2018/001/2018; Classe: 3; Válida até 24/11/2028 do responsável Cerâmica Arcos Ltda., CNPJ 65.364.044/0001-46 para o novo titular Cerâmica Arcos Ltda., CNPJ 65.364.044/0003-08. Sra Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM do Alto São Francisco.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco torna público que foram alteradas as razões sociais dos empreendimentos abaixo identificados:

1) De: Cercado Soluções Ambientais Ltda., CNPJ: 26.168.730/0001-90 - para: Aparas Wilson Reciclagem Ltda., CNPJ: 26.168.730/0001-90. PT 29704/2016. 2) De: Adição Distribuição Express Ltda., CNPJ: 04.149.637/0009-52 - para: Adição Distribuição Express S/A., CNPJ: 04.149.637/0009-52. PT 22725/2010.

Sra Kamila Esteves Leal. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

LAS-RAS: 1)SGL Mineração Ltda Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Oliveira/MG, Processo nº 2772/2023, ANM 830.987/2020, Classe 3.

(a) Kamila Esteves Leal. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

LAS-RAS: 1)Jca Mineração e Transporte Ltda, Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento, Arcos/MG, Processo nº 2793/2023, ANM 831217/2008, Classe 2.

(a) Kamila Esteves Leal. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco, torna público o arquivamento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado:

LC2-LIC-HO: 2) Jarina Ferreira Alves Teixeira, Abate de animais de médio porte (suínos, ovinos, caprinos, etc) e Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc). Dores do Indaiá/MG, Processo nº 528/2023, Classe 4. Motivo: pela perda de objeto, diante da não apresentação das informações complementares.

(a) Kamila Esteves Leal. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto São Francisco.

12 1881986 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba torna público que foram finalizadas as análises das Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/RAS abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) BEN Gesso Agrícola Eireli/ANM 831894/2008 e 834834/2008, Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho, Coromandel/MG, PA nº. 2370/2023, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES; 2) TOP Invest Mineração Eireli/TOP Invest Mineração - ANM 830.679/2010, Lavra em aluvião, exceto areia e cascalho; extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Matutina/MG, PA nº. 2536/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Ilídio Lopes Mundim Filho. Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Alto Paranaíba.

12 1881880 - 1

A Coordenadora de Administração e Finanças designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que foi concedida a Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS RAS: 1) Aterro 1 de Resíduos da Construção Civil de São Gonçalo do Rio Abaixo, Aterro de resíduos da construção civil (classe “A”), exceto aterro para fins de terraplanagem em empreendimento ou atividade com regularização ambiental, ou com a finalidade de nivelamento de terreno previsto em projeto aprovado da ocupação; Áreas de triagem, transbordo e armazenamento transitório e/ou reciclagem de resíduos da construção civil e volumosos, São Gonçalo do Rio Abaixo/MG, PA/Nº 1692/2023, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES. Válida até 11/12/2033.

(a) Kyara Carvalho Lacerda, Coordenadora de Administração e Finanças designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas.

A Coordenadora de Administração e Finanças designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos: - LAS CADASTRO: 1) 5G Empreendimentos SA - Usina solar fotovoltaica; Canalização e/ou retificação de curso d’água. - Caratinga/ MG - PA/Nº: 2189/2023. 2) Indústria de Látexos Ipanema LTDA - Fabricação de produtos de látexinos, exceto envase de leite fluido; Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ ou envase de leite fluido; Secagem e/ou concentração de produtos alimentícios, inclusive leite e sorço de leite. - Ipanema/MG - PA/Nº: 2785/2023. 3) Látexinos Sabor do Campo LTDA - Fabricação de produtos de látexinos, exceto envase de leite fluido; Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido. - Poté/MG - PA/Nº: 2784/2023. 4) Porto Sítio Palmital/Premoldados Mutum LTDA - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil. - Mutum/MG - PA/Nº: 2790/2023.

(a) Kyara Carvalho Lacerda, Coordenadora de Administração e Finanças designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas.

A Coordenadora de Administração e Finanças designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas torna público o cancelamento da Licença Ambiental abaixo identificada:

- LAS CADASTRO: 1) 5G Participações e Empreendimentos LTDA - Usina solar fotovoltaica. - Caratinga/MG - PA/Nº: 6086/2021. Classe 1. Motivo: perda do objeto. 2) Indústria de Látexos Ipanema LTDA - Fabricação de produtos de látexinos, exceto envase de leite fluido; Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido. - Ipanema/MG - PA/Nº: 2380/2023. Classe 2. Motivo: perda do objeto. 3) Látexinos Sabor do Campo EIRELI - Fabricação de produtos de látexinos, exceto envase de leite fluido; Resfriamento e distribuição de leite em instalações industriais e/ou envase de leite fluido. - Poté/MG - PA/Nº: 84619688/2019. Classe 2. Motivo: perda do objeto.

(a) Kyara Carvalho Lacerda, Coordenadora de Administração e Finanças designada para responder pela Unidade Regional de Regularização Ambiental Leste de Minas.

12 1881982 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1723, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;

Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5005330-36.2021.8.13.0480, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, para o nível II, grau A, retroativa à data do requerimento administrativo – 15 de janeiro de 2021, bem como novas promoções a cada dois anos de efetivo exercício no mesmo nível, até que seja promovida ao nível da carreira cujo requisito de escolaridade seja equivalente ao do título apresentado.

Resolve:

Art. 1º - Revogar na Resolução SEJUSP nº 221, de 01 de abril de 2022, publicada em 02 de abril de 2022, que dispõe sobre progressão na carreira, concedida aos servidores ocupantes do cargo de provimento efetivo, a parte referente ao servidor Tulio Menezes e Silva – MASP: 1444968/0, tendo em vista a concessão de promoção por escolaridade adicional, em cumprimento ao Processo Judicial Nº 5005330-36.2021.8.13.0480.

Art. 2º - Conceder Promoções por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao processo supracitado.

Art. 3º - Conceder Progressão na carreira do servidor, constante no anexo II desta Resolução, visando a atualização do posicionamento.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 11 de dezembro de 2023.

ROGERIO GRECO

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

ANEXO I							
Promoção por escolaridade Adicional na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1444968/0	TULIO MENEZES E SILVA	ASP	I	B	II	A	15/01/2021
1444968/0	TULIO MENEZES E SILVA	ASP	II	B	III	A	15/01/2023

ANEXO II							
Progressão na carreira de Agente de Segurança Penitenciário.							
MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1444968/0	TULIO MENEZES E SILVA	ASP	II	A	II	B	15/01/2022

12 1881364 - 1

ATO 1166, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023.

PRORROGAÇÃO DE POSSE - ATO 1166/2023

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 PRORROGA O PRAZO PARA POSSE, nos termos do § 1º do art. 70 da Lei 869, de 05/07/1952, do nomeado para o cargo de provimento em comissão DAD-1 JD1100782:

LEONARDO GONÇALVES ALMEIDA, nomeado em 14/11/2023, a contar de 18/12/2023.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP

12 1881549 - 1

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo O Presidente da Comissão do Processo Disciplinar Simplificado nº 022/2022, Warlen Fernandes Ferreira, conforme PORTARIA/NUCAD/CSet - SEJUSP/PDS Nº 022/2022, publicada no Minas Gerais de 12 de maio de 2022, tendo em vista o disposto no artigo 234 da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CONVOCA E CITA, durante 20 (vinte) dias consecutivos, o processado abaixo relacionado para comparecer perante esta Comissão Processante, instalada na Cidade Administrativa de Minas Gerais, situada na Rod. Papa João Paulo II, 4001, Prédio Minas, 4º andar - Serra Verde, Belo Horizonte/MG, nos dias úteis, das 08h00min às 16h00min, telefone (031) 3916-9740 / 9727, ou manifestar-se pelo e-mail comissao09nuacad@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da vigésima e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de, tomar conhecimento de seu respectivo Processo Disciplinar Simplificado, acompanhar sua tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, apresentar rol de testemunhas e defesa para os fatos a ele atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, conduta que se comprovada remete ao descumprimento do disposto no art. 216, incisos I, V e VI, c/c artigos 245, caput e parágrafo único, e 246, inciso I, com incidência no artigo 249, inciso II, todos na forma da Lei nº 869/1952, estando sujeita a uma das penalidades previstas no artigo 244, incisos I, III ou V do referido Diploma Legal c/c artigos 3º e 4º do Decreto nº 47.788/2019, sob pena de REVELIA: ALAN LUCAS NUNES - MASP 1.493.248-7 – PROCESSADO NO PDS 022/2022.

Belo Horizonte, 12 de dezembro de 2023

Warlen Fernandes Ferreira

MASP: 1.141.399-4

Presidente de Comissão

12 1881426 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

EXTRATO DA DECISÃO PARA PUBLICAÇÃO (ATO)

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL considerando o poder-dever de autotutela administrativa que rege a Administração Pública, TORNAM PÚBLICA a decisão de ANULAR a decisão proferida pela maioria dos conselheiros na 96ª Reunião Ordinária da UCR Noroeste de Minas do Copam, realizada em 13 de dezembro de 2018, referente ao item 6.23 da pauta - Gabriel José dos Santos/Fazenda Boa Esperança; e restabelecer os termos do Parecer Único nº 1671/2018 no sentido de manter as penalidades aplicadas, com a ressalva de que o autuado apresente proposta de reparação dos danos ambientais e conversão de 50% da multa em medidas de controle ambiental, a serem efetuadas em termo de ajustamento de conduta.

LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

EXTRATO DA DECISÃO PARA PUBLICAÇÃO (ATO)

O SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVELconsiderando o poder-dever de autotutela administrativa que rege a Administração Pública, TORNAM PÚBLICA a decisão de ANULAR a decisão proferidapelos conselheiros nadecisão proferida pelos conselheiros na 96º Reunião Ordinária da UCR Noroeste de Minas do Copam, realizada em 13 de dezembro de 2018, referente ao item 6.20 da pauta - Edson da Silva Dias/Fazenda Boa Esperança;e restabelecer os termos do Parecer Único Recurso nº 1669/2018 no sentido de manter as penalidades aplicadas, com a ressalva de que o autuado apresente proposta de reparação dos danos ambientais e conversão de 50% da multa em medidas de controle ambiental, a serem efetuadas em termo de ajustamento de conduta.

LEONARDO MONTEIRO RODRIGUES

Secretário de Estado Adjunto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

12 1882019 - 1

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202312130103240111.

